

O substancioso recado do Citicorp

Há meses vimos notando grande mudança na conduta da comunidade financeira internacional com relação ao problema dos países endividados. A decisão tomada pelo Citicorp, de fortalecer suas reservas com três bilhões de dólares, representa muito mais do que uma medida contábil prudente: a iniciativa dessa instituição, que encabeça os bancos credores no plano mundial, caracteriza uma abertura no sentido de se buscar nova solução para o complexo problema. O Brasil precisa manter-se atento aos gestos da comunidade financeira, para deles tirar partido. Precisa, sobretudo, estar preparado para não deixar escapar a oportunidade que lhe será dada de resolver o grande problema nacional, que hoje constitui o empecilho maior à execução da política de recuperação econômica.

A longa entrevista que o presidente do Conselho de Administração do Citicorp, sr. John S. Reed, concedeu a *The Wall Street Journal* veio esclarecer melhor o objetivo colimado pelo banco norte-americano com o aumento de suas reservas. Em parte, essa entrevista corrobora a comunicação transmitida ao ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, mas, além disso, vem revelar as condições em que se tornaria possível imprimir novos rumos à renegociação.

O sr. John S. Reed nega, preliminarmente, que o Citicorp tenha pretendido indicar aos outros bancos credores o caminho que devem seguir. A decisão do Citicorp nasceu de uma análise cujas conclusões o banco não pretende impor às outras instituições envolvidas com o problema. Ressaltou ele que o Citicorp continua pertencendo à comunidade financeira e tenciona manter, juntamente com esta, o esperado diálogo com os países devedores.

Deste modo, o banqueiro norte-americano desmente a notícia do rompimento com os países credores, conformemente ao que seu representante no Brasil havia comunicado a nosso ministro da Fazenda. Além, um argumento de peso vem confirmar esse desmentido: mesmo depois de haver acrescentado a suas reservas esses três bilhões de dólares, o Citicorp está longe de possuir, em relação a seus créditos, um montante de provisões igual ao dos bancos europeus, que, embora tão "aprovisionados", jamais se esquivaram ao diálogo com

seus devedores ou deixaram de firmar acordos que os expusessem a riscos maiores.

O presidente do banco norte-americano assinala, de passagem, que, se o Brasil apresentar aos bancos uma proposta qualquer, não é certo, de modo nenhum, que as conversações se desenrolarão numa atmosfera diferente da do passado. Insiste ele no prosseguimento do diálogo, mas percebe-se claramente que esse diálogo está condicionado à apresentação, pelo Brasil, de "certo tipo de proposta", o que parece não ser, atualmente, o caso...

A conclusão a que chegou o conselho de administração do Citicorp, e que o levou a aumentar suas reservas, é que esta medida lhe permitia mostrar-se mais flexível no gerenciamento de seu porta-fólio. É esta uma declaração importante, pois mostra que a medida não vai contra os devedores (diante dos quais o presidente do Citicorp não se julga mais forte do que antes...), mas a favor, uma vez que se torna possível deixar os caminhos costumeiros e buscar outros novos.

O presidente do Citicorp explica melhor as razões da iniciativa tomada pelo banco: diante de ativos que têm por fundamento um acordo de vinte anos, que deve ser constantemente renovado, o *board* do Citicorp julgou necessário procurar uma solução vantajosa, tanto para os credores como para os devedores, que permitisse assegurar maior liquidez aos ativos e retorno maior, sem todavia representar um ônus demasiado pesado para os países devedores. Sem dúvida, a transformação de parte da dívida em ações conta com sua preferência. Vai mais longe ao dizer: "Honestamente, acredito que o investimento acionário é hoje, no Brasil, um ativo melhor do que um empréstimo ao Banco Central". Esclarece ainda: melhor para o credor, que tem liquidez, e melhor para o devedor, visto que ações geram investimentos produtivos com receitas tributáveis.

O Citicorp tem, pois, intenção de transformar parte de sua dívida em ações. Não o fará de modo indiscriminado, nem audacioso, mas como cabe fazê-lo a um banco responsável perante seus acionistas. Sua preferência é por investimentos através do mercado de ações. É este um ponto que merece a atenção de nossas autoridades,

que nestes próximos dias terão de elaborar um esquema para a transformação da dívida em capital de risco.

O sr. John Reed refere-se expressamente ao Brasil, mais uma vez, ao lembrar que seu banco já tem experiência no mercado bolsista brasileiro e que nosso país é, certamente, um dos poucos países devedores cujo mercado financeiro tem dimensões que comportam investimentos dessa natureza. Cabe notar que o banqueiro norte-americano se mostra bastante cauteloso quanto ao ingresso direto nas atividades manufatureiras (não é esta uma tarefa para bancos alheios ao ramo) e, mais ainda, quanto a investimentos pioneiros. Lembra, a propósito, que o Citicorp não é um banco de investidores acionários de longo prazo. Alude também a um desconto que poderia ser hoje dividido entre o credor e o devedor.

Entendemos que nossas autoridades devem analisar com toda a atenção as ponderações do presidente do Citicorp, refletindo sobre o modo de harmonizá-las com nossa legislação.

As autoridades brasileiras terão de conceder atenção especial à interpretação que dá o sr. John Reed ao Plano Baker, que, segundo ele, se amolda perfeitamente à sua proposta. O Plano Baker tem por fim o ajustamento econômico orientado para o crescimento, que a participação acionária favorece, sobretudo, em países que se resentem da falta de capitais. O Plano Baker refere-se a ajustamento estrutural, o que, no entender do presidente do Citicorp, significa maior abertura da economia dos países do Terceiro Mundo ao comércio internacional. Finalmente, o Plano Baker envolve a participação de recursos dos bancos internacionais, que é precisamente o que o Citicorp propõe, mas de um modo que se prende, sobretudo, ao primeiro objetivo, ou seja, o crescimento.

A proposta do Citicorp deve ser inserida na conjuntura internacional. Estamos caminhando rumo a uma solução do endividamento sob medida: os credores poderão ter interesse em outras soluções e, agora, diante da crise internacional, um país com plethora de excedentes, como o Japão, propõe que se dê maior contribuição ao desenvolvimento da economia mundial. Essa oportunidade, o Brasil não deve perder.